

# **A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A SUA FORMAÇÃO PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA**

Eurivalda Santana

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

eurivalda@uesc.br

**RESUMO:** Este texto tem como objetivo principal comentar os caminhos percorridos para a formação inicial dos professores das séries iniciais e abordar as principais conseqüências na formação do professor para o ensino da Matemática. Dessa forma, o texto busca levantar questionamentos e discussões referentes a essa formação. Algumas das questões levantadas se referem diretamente a formação para o ensino da Matemática: Qual a ementa e a carga horária destinada para o ensino da Matemática?; Que conteúdo da Matemática e da Estatística está sendo trabalhado na formação inicial do curso de Pedagogia?; Como se relacionam as disciplinas das demais áreas do conhecimento com a Matemática?; Como os problemas relativos aos processos de ensino e aprendizagem da Matemática são apresentados, abordados e discutidos ao longo do curso?

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação Inicial, Currículo de Pedagogia, Ensino de Matemática

## **1. CAMINHOS PERCORRIDOS PELA FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DAS SÉRIES INICIAIS**

Atualmente, no Brasil, a responsabilidade pela formação do professor dos anos iniciais está centrada nos cursos de Pedagogia. Mas, historicamente nem sempre foi assim. Alguns caminhos foram percorridos, vejamos pontos marcantes nesse caminhar.

Mesmo antes da República a formação inicial dos professores primários era de responsabilidade das Escolas Normais de nível médio, e assim permaneceu até 1939. Deste ano até 1995 a responsabilidade foi dividida com os cursos de Pedagogia. E de 1996 em diante a responsabilidade passou a ser apenas para os cursos de Pedagogia. Algumas mudanças intermediárias aconteceram dentro deste período. Dessa forma, é possível se referenciar a passos marcantes desta trajetória.

Sabe-se que em 1971 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN a escola Normal passou a se chamar Magistério e os profissionais por ela formados tinham o direito de lecionar de 1ª a 4ª série. Em 1986, o Conselho Federal de Educação cria uma resolução que permite os cursos de Pedagogia, formar técnicos em Educação e ofertar habilitação para que o profissional pudesse lecionar de 1ª a 4ª série. Nesse momento, se abre a nova porta para a formação inicial do professor das séries iniciais, que sai apenas da

responsabilidade do Ensino do 2º grau (nomenclatura utilizada a partir da Lei nº. 5692/71) para ser também responsabilidade do Ensino Superior.

Passaram-se 10 anos, até que, em 1996 a nova LDBEN instituiu que era obrigatório o professor da Educação Básica ter nível Superior. Estabelecendo no Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, e graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Conforme a nova lei em 10 anos todos os profissionais que atuavam na Educação Básica deveriam se adaptar a nova legislação. Com essa exigência, começa uma corrida contra o tempo, para que, todos os profissionais, que não tinham curso superior e que já estavam em sala de aula, fizessem o curso superior.

Doze anos se passaram e vários esforços, cursos e projetos foram desenvolvidos no Brasil, buscando essa formação para todos os professores. Contudo, nem todos os profissionais, que atuam em sala de aula de 1ª a 4ª série, conseguiram fazer o curso superior. Os motivos para esse não cumprimento da legislação parecem ser diversos, a experiência na área de educação me leva a acreditar que, o maior desses motivos é o número pequeno de Universidades que temos no Brasil e a dificuldade que se tem para chegar aos lugares mais distantes dos grandes centros brasileiros.

E hoje, como estão os currículos dos cursos de Pedagogia no Brasil? Este é outro ponto importante. Thais Gurgel coloca, numa reportagem que tem como foco a formação inicial dos professores dos anos iniciais, “O currículo dos cursos de Pedagogia, principal entrada na profissão, não contempla o “quê” e o “como” ensinar nem prepara para a realidade escolar, [...]” Gurgel (2008, p. 50). Essa afirmativa nos leva a refletir sobre a atual realidade dos currículos responsáveis pela formação inicial do professor polivalente<sup>1</sup>.

## **2. O CURRÍCULO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO MATEMÁTICA DO PROFESSOR**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura em seu Art. 4º institui que:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006).

Podemos destacar que o professor, que tem a sua formação inicial nesse curso, poderá atuar em diferentes áreas específicas.

Segundo o que podemos observar nas estruturas curriculares, aparentemente não se tem prioridade para as áreas de ensino as quais serão fundamentais em sua profissão, no sentido de se ensinar o conteúdo e, além disso, se trabalhar o planejar, o ensinar e o avaliar. Ou seja, “o quê é preciso planejar para ensinar?”, “quais diferentes estratégias de ensino posso lançar mão?” e “de quais formas posso avaliar o desempenho do estudante e o meu próprio trabalho?”.

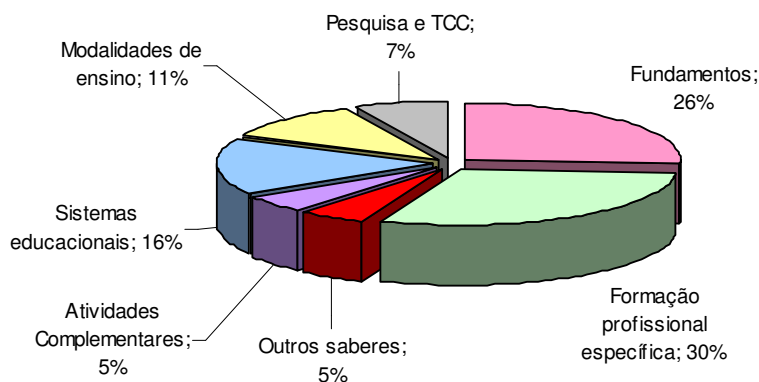
Uma pesquisa realizada em 2008 pela Fundação Carlos Chagas para a revista Nova Escola, com os cursos de Pedagogia de 71 instituições de ensino distribuídas em todo o país, traz um bom diagnóstico dos cursos de Pedagogia no Brasil.

No que se referem às disciplinas específicas os resultados apontam que apenas 28% das disciplinas dos cursos ministrados em todo país se destinam à formação profissional específica e, dentro dessas, 20,5% se destinam ao estudo de metodologias e práticas de ensino e 7,5% a conteúdos (GATTI e NUNES, 2008).

Destinar 7,5% das disciplinas ao trabalho com conteúdos a serem trabalhados no núcleo comum da Educação Básica nos anos iniciais - matemática, ciências, história, geografia, língua portuguesa, educação física e artes - parece não resolver o problema. Pois, muitos dos futuros professores afirmam não dominar esses conteúdos. Segundo Gurgel (2008) alguns recém formados fazem colocações como: “não aprendi os conteúdos de Matemática e nem como alfabetizar.” (GURGEL, 2008, p. 51). Acredito que aliado ao ensino do conteúdo é necessário que se desenvolva de forma articulada o ato de planejar, ensinar e avaliar, respeitando as peculiares de cada área do conhecimento.

Ainda na pesquisa da Fundação Carlos Chagas, quando se analisa a carga horária disponível para cada disciplina do núcleo comum, os resultados não são nada alentadores, ou seja, o número de horas, destinadas essa formação, é reduzida. O percentual das horas destinadas às disciplinas dessa formação perfaz um total de 30%. Enquanto que 70% se destinam a outras disciplinas oferecidas nos currículos. A Figura 1 mostra estes resultados.

## Distribuição percentual da carga horária das disciplinas obrigatórias



Fonte dos dados GATTI e NUNES, 2008.

Figura 1. Distribuição percentual da carga horária das disciplinas obrigatórias das instituições pesquisadas.

É importante ressaltar que a análise focalizou os currículos e ementas de cursos presenciais de Pedagogia, responsáveis pela formação de professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. Vejamos outros pontos constatados pela análise no que diz respeito aos currículos:

- O currículo proposto pelos cursos de formação de professores tem uma característica fragmentária, apresentando um conjunto disciplinar bastante disperso.
- Mesmo dentre as disciplinas de formação específica, predominam as abordagens de caráter mais descritivo e que se preocupam menos em relacionar adequadamente as teorias com as práticas.
- As disciplinas referentes à formação profissional específica apresentam ementas que registram preocupação com as justificativas sobre *o por quê* ensinar, o que, de certa forma, contribuiria para evitar que essas matérias se transformassem em meros receituários; entretanto, só de forma muito incipiente registram *o quê* e *como* ensinar.
- Os conteúdos das disciplinas a serem ensinadas na Educação Básica (Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física) comparecem apenas esporadicamente nos cursos de formação.
- Mesmo com denominações diversificadas há certo núcleo comum nas grades curriculares. Disciplinas que são comuns a todos os cursos: Fundamentos como sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Didática, Estágios; Metodologias ou Didáticas do ensino de História, Geografia, Ciências, Artes, Educação Física; Linguagem de Libras. Fica a observação do desequilíbrio na relação teoria-prática, em favor dos tratamentos mais teóricos, de fundamentos e contextualização. (GATTI e NUNES, 2008, p. 67-69).

Diante desses resultados é possível inferir que aparentemente não existe uma base comum para a distribuição das disciplinas dos cursos de Pedagogia no Brasil. As

disciplinas responsáveis pela formação profissional do currículo da Educação Básica não apresentam um perfil que proporcione relacionar a teoria e a prática, além de não serem trabalhados satisfatoriamente os conteúdos específicos de cada área desse currículo. E se desponta certo “tipo” de núcleo comum onde sentimos a falta da Matemática. E ficam alguns questionamentos:

- Em que momento do curso a Matemática é trabalhada?
- Qual a ementa e a carga horária destinada para o ensino da Matemática?
- Que conteúdo da Matemática está sendo trabalhado na formação inicial do curso de Pedagogia?
- E os conteúdos da Estatística que se referem ao Tratamento da Informação colocado pelos PCN, estão sendo trabalhados na formação inicial do curso de Pedagogia?
- Qual a formação dos profissionais que são responsáveis pelas disciplinas que abordam a formação para o ensino e aprendizagem da Matemática?
- Como se relacionam as disciplinas das demais áreas do conhecimento com a Matemática?
- Como os problemas relativos aos processos de ensino e aprendizagem da Matemática são apresentados, abordados e discutidos ao longo do curso?
- O estágio contempla a prática da disciplina relacionada à Matemática? E, Como é feito o acompanhamento do estágio em relação à Matemática?

Focando o ensino de Matemática nos cursos de Pedagogia um levantamento feito por Cazorla e Santana (2005) trouxe uma revisão de estruturas curriculares de cursos de Pedagogia, no Brasil, e o resultado mostrou que a maioria, das estruturas pesquisadas, oferece apenas uma única disciplina de Metodologia do Ensino da Matemática ou, no máximo, duas. No que diz respeito ao ensino de Estatística alguns cursos oferecem disciplinas de Estatística Educacional ou Estatística Aplicada à Educação (GONÇALVES, 2003). Contudo, analisando as ementas dessas disciplinas, constata-se que o tempo e os conteúdos é exíguo para dar conta dos conteúdos e métodos da Matemática e Geometria, e mais recentemente, da Estatística e Probabilidades.

### **3. PASSOS QUE APONTAM MUDANÇAS POSITIVAS PARA A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR**

O resultado apresentado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB apurado no ano de 2005, nas séries iniciais, foi de 3,8. Fazendo uma comparação com a média dos países desenvolvidos (média 6), ficávamos um pouco acima da metade dessa média. O novo IDEB brasileiro, apurado em 2007, indica que a distância diminuiu, pois saltou para 4,2. Fica uma questão: Quais fatores explicam esse crescimento?

Sabemos que o governo Federal através do Ministério da Educação – MEC tem implementado algumas ações no sentido de buscar a melhoria do ensino público. Para a atual política do ministro da Educação, *é essencial que as universidades preparem mais e melhores professores para o Ensino Fundamental.*

Uma das mais recentes ações foi a publicação, no mês de outubro, de um decreto da Presidência da República que institui o Sistema Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da Educação Básica.

No artigo 2, que coloca os princípios do Sistema, no inciso V é possível destacar a preocupação dos governantes no que se refere à importância da articulação entre a teoria e a prática nas diversas áreas do conhecimento durante a formação docente.

A articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos das diversas áreas além de conhecimentos didáticos específicos e suas respectivas metodologias, desenvolvendo-se atitude investigativa e de compreensão da prática educativa e de seus componentes no contexto cultural em que o docente atua. (BRASIL, 2008).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, órgão ligado ao MEC, será responsável pela implantação desse projeto. O regime de colaboração será concretizado através da elaboração de planos estratégicos formulados por Fóruns Permanentes de Apoio a Formação Docente, que será criado em cada Estado.

O ministro da Educação em entrevista para a revista Nova Escola, foi questionado sobre a formação dos professores nos cursos de Pedagogia. Ele colocou alguns pontos sobre o Sistema Nacional de Formação e reforçou que é importante alterar o currículo dos cursos de Pedagogia: “[...] o problema é contrabalançar melhor o espaço que ocupam disciplinas clássicas – [...] – como as ligadas à didática. O fato é que é preciso incluir as competências básicas sobre o dia-a-dia da sala de aula [...]”. (PELLEGRINI e GROSSI, 2008, p.32-36).

Esta é a mais recente ação do governo Federal no sentido de melhorar a qualidade dos cursos de formação de professores e conseqüentemente a qualidade do ensino e da aprendizagem na Educação Básica. E segundo ministro da Educação, o curso de Pedagogia

será um dos prioritários, numa lista de avaliações nacionais de faculdades e universidades, para receber os investimentos do novo projeto. Outras ações, neste mesmo sentido, vêm sendo concretizadas em vários Estados brasileiros com o apoio do governo Federal.

No caso específico do Estado da Bahia, o governo Estadual ao constatar a baixa qualificação dos professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, das escolas públicas, implantou uma política de formação de professores em nível superior.

Um dos programas dessa política é o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – no Sul da Bahia – o Proação, firmado entre as universidades públicas do Estado e os governos municipais, com subvenção do governo estadual e federal. De 2003 a 2007, numa parceria com 14 municípios da região, esse programa formou 200 professores que estavam em serviço, ou seja, atuava nas séries iniciais sem ter a formação em nível superior. Este programa tem como objetivo qualificar, em nível superior, professores do quadro permanente, que lecionam nas escolas públicas, na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. O curso é de Licenciatura Plena em Pedagogia, em serviço, modular e organizado curricularmente em Núcleos Temáticos, numa concepção interdisciplinar, que privilegia a investigação e troca, propiciando a produção do conhecimento, sem perder de vista a unicidade da relação teoria-prática.

Estes são alguns dos exemplos que podemos citar de ações que estão sendo tomadas no sentido de se propiciar uma Educação Básica de melhor qualidade. Contudo sabemos que muita coisa ainda tem que ser feita.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observando os resultados das pesquisas que abordam o currículo dos cursos de Pedagogia, verifica-se que, em geral, muito se tem que modificar no sentido de aproximar o curso de Pedagogia a escola da Educação Básica e dessa forma, traçar metas de relacionamento entre a teoria e a prática. Como os objetivos do curso estão voltados para a formação de profissionais que vão atuar em diferentes áreas do conhecimento, que exista equilíbrio entre, o ensino de disciplinas clássicas - como Filosofia, Psicologia, Sociologia, História da Educação – e as disciplinas que vão abordar o conhecimento de áreas específicas – como matemática, ciências, história, geografia, língua portuguesa, educação física e artes.

Quando focamos o olhar para as disciplinas do curso de Pedagogia que trabalham a Matemática, verificamos que em média é destinada, a esta área, uma carga horária total de

60 a 120, num total de 2.800 horas/aula indicada pela Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº02/2002. Tempo que consideramos insuficiente para ser trabalhado o mínimo do conteúdo matemático e mais as relações com a prática de sala de aula que são necessárias para um professor iniciar na profissão.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto sem nº, de outubro de 2008. Institui o Sistema Nacional Público de Formação dos Profissionais do Magistério. **Portal do Ministério da Educação**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto\\_102008x.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto_102008x.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Portal do Ministério da Educação**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Portal do Ministério da Educação**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2008.

CAZORLA, I. M.; SANTANA, E. R. S. Concepções, atitudes e crenças em relação à matemática na formação do professor da Educação Básica. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28ª, 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2005. 1 CD-ROM.

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. (Coord.) Formação de professores para o Ensino Fundamental: Instituições formadoras e seus currículos. **Relatório final: Pedagogia. Fundação Carlos Chagas**. São Paulo, out. 2008. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0216/aberto/bernardete1.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2008.

GONÇALVES, H. J. L. Educação Estatística: Apontamentos sobre a Estatística nos cursos de Pedagogia - Magistério para séries iniciais do ensino fundamental. **Anais do IX Seminário IASI de Estatística Aplicada**, Rio de Janeiro: IMPA, 2003.

GURGEL, T. Formação inicial: Ao mesmo tempo, tão perto e tão longe. **Revista Nova Escola**, São Paulo, n. 216, p.50 – 53 out. 2008.

PELLEGRINI, D.; GROSSI, G. P. T. Fala, mestre! A formação docente é prioridade para o Ministério. **Revista Nova Escola**, São Paulo, n. 216, p.32 – 36, out. 2008.

---

<sup>i</sup> Profissional da Educação que trabalha com todos os conteúdos curriculares nas séries iniciais do Ensino Fundamental.